

SE entre os piores em índice de acesso à Justiça no país

Estado ocupa o 8º lugar de acordo com o Conselho Nacional de Justiça

Gabriele Frades
DA EQUIPE JC

Jorge Henrique

Sergipe tem o 8º pior índice de acesso à justiça do país, segundo dados do Índice Nacional de Acesso à Justiça (Inaj), elaborado pelo Ministério da Justiça. O estado ocupa apenas o 20º lugar no ranking, e aparece com um indicativo baixíssimo, de 0,11%. Apesar da estatística negativa, a justiça sergipana aparece como uma das melhores do Nordeste, onde dos seis tópicos examinados pela pesquisa, o estado está à frente das demais capitais em três.

Para o presidente do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Justiça de Sergipe (Sindiserj), Plínio Pugliesi, os indicadores ainda não são os ideais, mas nos últimos anos é inegável o avanço da justiça sergipana na garantia dos direitos do cidadão. “Apesar de, como servidores do órgão, termos a consciência de que ainda há muito que se aperfeiçoar na prestação dos serviços à população, mas, em âmbito nacional, temos avançado mais que outros tribunais na prestação dos serviços jurisdicionais e as avaliações do CNJ têm apontado essa satisfação relativa”.

A pesquisa aponta que entre os estados do Nordeste, Sergipe é que possui o melhor índice de juízes a cada 100.000 habitantes, são 9,8. O estado possui também a maior quantidade de operadores de justiça (234,14) e de advogados (214,2). Já na quantidade de defensores públicos, o estado possui 4,11 a cada 100 mil habitantes e perde apenas para a Paraíba, que tem 7,01.

Sergipe é o segundo melhor também em quantidade de



SINDISERJ afirma que apesar do índice, trabalho da Justiça em SE avançou muito nos últimos anos

membros do Ministério Público, são 6,65, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte. A única categoria em que o estado ficou pior colocada foi a de Elementos de acesso por desenvolvimento humano. Nesse quesito o estado é o quarto do nordeste com 0,11, atrás do Piauí (0,11), Rio Grande do Norte (0,12) e Paraíba (0,12).

Ainda de acordo com Plínio, nos últimos anos o Tribunal de Justiça de Sergipe vem passando por uma profunda transformação no seu quadro de pessoal, fato que tem contribuído para melhoria dos índices. “Com a realização de concursos públicos que nomearam quase dois mil novos servidores concursados para desempenhar os trabalhos que antes eram executados por

cargos em comissão, indicados pela gestão sem qualquer critério- muita coisa começou a mudar e essas mudanças impactam diretamente nos serviços prestados”, afirma o presidente do Sindiserj.

Para o ano que vem, a expectativa do sindicato é de que outras melhorias sejam trazidas pelos servidores concursados aos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça à população. “Esperamos também que esses esforços se traduzam em valorização compatível com os serviços desempenhados por estes trabalhadores efetivos, que até hoje, infelizmente, ainda sofrem com uma política de valorização distorcida dentro do órgão, porque a gestão continua insistindo em sustentar os salários exorbitantes dos seus altos cargos em

comissão às custas do dinheiro público”, finaliza Plínio.

Entenda

Para elaborar a pesquisa foram levados em consideração os elementos do sistema de justiça (unidades de atendimento ou “portas de acesso”, número de operadores do Direito) ponderado pela população, equilibrada pelo IDH da unidade federada da área de avaliação. Mostra, além da alocação de recursos humanos e materiais por estado em relação à população local, o impacto nos níveis médios de educação, expectativa de vida e renda do estrato social, numa tentativa de demonstrar os efeitos positivos ou negativos que seguem as diferenças nessas variáveis.